



## Anexo metodológico: Benefício de Prestação Continuada (BPC)

### Conceitos e notas

1. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
2. Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário mínimo. Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O beneficiário do BPC, assim como sua família, deve estar inscrito no Cadastro Único.
3. O requerimento do BPC é realizado nos canais de atendimento do INSS – pelo telefone 135 (ligação gratuita de telefone fixo) ou pelo *site* ou aplicativo de celular “Meu INSS”. Pode ser feito, também, nas Agências da Previdência Social (APS). Para mais informações, consultar Benefício de Prestação Continuada (BPC) – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome ([www.gov.br](http://www.gov.br)).
4. Para estimar a população de pessoas com deficiência (PcD) em 2022, foi utilizada a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, do IBGE. Esta pesquisa oferece informações mais atualizadas do que as coletadas no Censo de 2010, embora apresente um nível maior de agregação, já que não possui dados desagregados por município. A informação será atualizada quando o IBGE divulgar os dados sobre PcD do Censo 2022. O cálculo para as estimativas foi realizado em duas etapas:
  - a. Estimativa da população PcD para o Estado de São Paulo em 2022: a partir das informações sobre PcD desagregadas por sexo, foi aplicada a distribuição proporcional com base na população do Estado de São Paulo. Essa abordagem assegura que a parcela relativa das PcDs corresponda ao novo cenário populacional censitário de 2022. Com esse procedimento, a estimativa da população PcD para o Estado em 2022 é de 3.323.729.
  - b. Estimativa para a população PcD para os municípios paulistas em 2022: a partir do cálculo para o Estado, foi feita a distribuição do número de PcD conforme os diferentes tipos de deficiência, mantendo a proporção observada nos municípios durante o Censo de 2010.

### Fontes

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.  
Fundação Seade.

### Período

2019 a 2023.

### Agregações territoriais

Estado de São Paulo, regiões administrativas e municípios.

Realização: